

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.107 - RS (2019/0301597-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : RUI WILSON DA CRUZ BITENCOURTE
ADVOGADO : RUI WILSON DA CRUZ BITENCOURTE - RS091764
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RODRIGO PALTIANO DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RODRIGO PALTIANO DE SOUZA apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, convertida a prisão em preventiva, e denunciado pela prática dos crimes previstos no art. 121, § 2º, V e VII, c/c o art. 14. II, ambos do Código Penal, e no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, por ter sido surpreendido transportando 50g (cinquenta gramas) de cocaína (e-STJ fls. 15/19).

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça que denegou a ordem, nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 52):

HABEAS CORPUS . TRÁFICO DE DROGAS. HOMICÍDIO TENTADO. ÍNDOLE VIOLENTA DO AGENTE E PRESENÇA DE CONCRETO RISCO À ORDEM PÚBLICA AFIRMADA EM IMPETRAÇÃO ANTERIOR. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA.

Mostra-se inaceitável a extrapolação dos prazos processuais, se decorrente de inércia ou negligência do juízo, devidamente demonstradas na impetração, o que não ocorre no caso vertente, em que, ao contrário do que faz crer o impetrante, há data designada para a coleta do restante da prova oral.

ORDEM DENEGADA.

Na presente impetração, a defesa sustenta que o paciente encontra-se preso provisoriamente desde 16/12/2018, sem ter sido concluída a instrução criminal. Aduz, ainda, ausência de fundamentação concreta para a decretação da cautelar extrema.

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão

Superior Tribunal de Justiça

preventiva ou a aplicação de medidas alternativas (e-STJ fls. 3/14).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

De acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios. Da mesma sorte, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para verificar a existência de constrangimento ilegal, inclusive diante da necessidade de expedição de carta precatória, assim como pela designação de nova audiência em 16/10/2019 e por se identificar certa complexidade do feito "*que apura a prática de crimes de tráfico de drogas e de homicídio qualificado tentado e que conta com quatro indivíduos denunciados*" (e-STJ fl. 58).

No tocante aos fundamentos da prisão preventiva não se verifica, em análise perfunctória, a existência de constrangimento ilegal, especialmente porque a cautelar extrema baseou-se na gravidade concreta da conduta decorrente da investida de fuga no momento da abordagem policial que configurou a tentativa de homicídio do policial, causando também dano na viatura e no poste de energia (e-STJ fls. 20/29).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste feito.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que

Superior Tribunal de Justiça

deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste processo.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

